Tarifa adicional americana para deter o Pix e o avanço do BRICS Pay, afastar o Brasil da China e do BRICS, como condições para sua prosperidade

Un arancel adicional estadounidense para frenar a Pix y el avance de BRICS Pay, y alejar a Brasil de China y del BRICS, como condiciones para su prosperidad

An additional U.S. tariff to curb Pix and the expansion of BRICS Pay, and to distance Brazil from China and the BRICS, as conditions for its prosperity

Claudia Hoirisch

Resumo: O governo dos Estados Unidos propôs uma tarifa adicional de 25% sobre importações brasileiras. A medida está ligada a uma investigação do Representante Comercial dos EUA (USTR), que mira o sucesso do Pix, a regulação de *big techs* e o avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar, como o BRICS Pay. O documento inclui tantas exceções que deixa claro que seu objetivo é atacar o Pix, citado vinte vezes. Para entender a taxação adicional é preciso analisar a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA publicada em novembro de 2025. No documento, os EUA declaram que desejam aumentar sua economia dos atuais US$ 30 trilhões em 2025 para US$ 40 trilhões na década de 2030 para colocar o país em uma posição invejável e manter seu status como a principal economia do mundo. Décadas negligenciando outras potências, especialmente a China, permitiram um avanço sobre espaços estratégicos na América Latina. Para reverter esse cenário, os EUA afirmam na Estratégia que devem aproveitar o atual contexto político regional para ampliar sua influência acelerando esforços, inclusive utilizando sua influência nas áreas de finanças e tecnologia para induzir os países a rejeitarem a assistência de "certos atores estrangeiros" [China]. É nesse contexto que ficam claras as intenções de Washington: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos BRICS para que os EUA ampliem sua influência.

Palavras-chave: EUA; tarifa adicional de 25%; Pix; regulação de *big techs*; avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar; BRICS Pay; estratégia de Segurança Nacional dos EUA; contenção do avanço da China na AL; ampliação da influência americana; finanças e tecnologia; ativos estratégicos.

Resumen: *El gobierno de Estados Unidos ha propuesto un arancel adicional del 25% a las importaciones brasileñas. Esta medida está vinculada a una investigación de la Oficina del Representante Comercial de Estados Unidos (USTR), que apunta al éxito de Pix (el sistema de pago instantáneo de Brasil), la regulación de las grandes empresas tecnológicas y el avance de métodos de pago alternativos al dólar, como BRICS Pay. El documento incluye tantas excepciones que deja claro que su objetivo es atacar a Pix, que se cita veinte veces. Para comprender la tributación adicional, es necesario analizar la Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos publicada en noviembre de 2025. En dicho documento, Estados Unidos afirma que quiere*

aumentar su economía de los actuales 30 billones de dólares en 2025 a 40 billones de dólares en la década de 2030 para posicionarse en una situación ventajosa y mantener su estatus como principal economía mundial. Décadas de descuido de otras potencias, especialmente China, le han permitido avanzar en espacios estratégicos de América Latina. Para revertir esta situación, Estados Unidos afirma en su estrategia que debe aprovechar el contexto político regional actual para expandir su influencia, intensificando sus esfuerzos, incluyendo el uso de su influencia en los ámbitos financiero y tecnológico, para persuadir a los países a rechazar la ayuda de "ciertos actores extranjeros" [China]. Es en este contexto donde las intenciones de Washington se hacen evidentes: si bien el ataque a Pix beneficia los intereses de las empresas financieras estadounidenses, el objetivo principal es alejar a Brasil de China y, en términos más generales, de los BRICS, para que Estados Unidos pueda expandir su influencia.

Palabras-clave: *Estados Unidos; arancel adicional del 25%; Pix (sistema de pago instantáneo de Brasil); regulación de las grandes empresas tecnológicas; impulso de métodos de pago alternativos al dólar; BRICS Pay. Estrategia de Seguridad Nacional de EE. UU; contención del avance de China en América Latina; expansión de la influencia estadounidense; finanzas y tecnología; activos estratégicos.*

Abstract: *The United States government has proposed an additional 25% tariff on Brazilian imports. The measure is linked to an investigation by the U.S. Trade Representative (USTR), which targets the success of Pix, the regulation of big tech companies, and the advancement of alternative payment methods to the dollar, such as BRICS Pay. The document includes so many exceptions that it makes clear its objective is to attack Pix, which is cited twenty times. To understand the additional taxation, it is necessary to analyze the U.S. National Security Strategy published in November 2025. In the document, the U.S. declares that it wants to increase its economy from the current US$30 trillion in 2025 to US$40 trillion in the 2030s to place the country in an enviable position and maintain its status as the world's leading economy. Decades of neglecting other powers, especially China, have allowed an advance into strategic spaces in Latin America. To reverse this scenario, the US states in its Strategy that it must take advantage of the current regional political context to expand its influence by accelerating efforts, including using its influence in the areas of finance and technology to induce countries to reject assistance from "certain foreign actors" [China]. It is in this context that Washington's intentions become clear: although the attack on Pix serves the interests of US financial companies, the central objective is to distance Brazil from China and, more broadly, from the BRICS so that the US can expand its influence. Strategic assets.*

Keywords: *USA; additional 25% tariff. Pix; Brazil's instant payment system; regulation of big tech companies; advancement of alternative payment methods to the dollar; BRICS Pay; US National Security Strategy; Containment of China's advance in Latin America; expansion of American influence; finance and technology.*

O governo dos Estados Unidos propôs uma tarifa adicional de 25% sobre importações brasileiras. A medida está ligada a uma investigação do Representante Comercial dos EUA (USTR), que mira o sucesso do Pix, a regulação de *big techs* e o avanço de meios de pagamento alternativos ao dólar, como o **BRICS Pay**[1].

[1] https://ustr.gov/trade-topics/enforcement/section-301-investigations/section-301-brazils-acts-policies-and-practices-related-digital-trade-and-electronic-payment

Os EUA alegam que o sistema Pix do Banco Central do Brasil prejudica as empresas de cartões de crédito e provedores de pagamentos americanos ao causar perda de competitividade de suas empresas no setor financeiro e consideram que o avanço *BRICS Pay* ('Pix Internacional´)[2] ameaça a hegemonia global do dólar e desafia o sistema SWIFT. Os Estados Unidos já haviam sinalizado a possibilidade de impor tarifas e retaliações contra países que aderissem à ferramenta de pagamentos do BRICS.[3]

O documento do Escritório do USTR[4] inclui tantas exceções que deixa claro que seu objetivo é atacar o "comércio digital e serviços de pagamento eletrônicos" (citado dez vezes), incluindo o "campeão nacional" Pix (citado vinte vezes).

No Quadro 1 é possível entender o porquê o Pix incomoda tanto os EUA.

Quadro 1- Porque o sucesso da plataforma Pix assusta os EUA?

Em 2021, primeiro ano completo de funcionamento, o Pix movimentou cerca de R$ 5,2 trilhões; em 2022, R$ 10,9 trilhões; em 2023, R$ 17,2 trilhões; em 2024, R$ 26,4 trilhões, em 2025, R$ 35,36 trilhões. Somados, os cinco primeiros anos ultrapassam os R$ 90 trilhões movimentados pela plataforma. O volume acumulado pelo Pix até 2026 deverá ultrapassar os R$ 130 trilhões[5].

O Pix substituiu DOCs, TEDs, boletos e capturou bilhões de reais dos cartões de débito e crédito.

Uma operação por Pix custa ao lojista cerca de 0,22%; já as taxas dos cartões costumam variar entre 1,0 e 2,2%. Aplicada sobre trilhões de reais, representa um valor significativo.

Se apenas 10% dos quase R$ 90 trilhões movimentados até o final de 2025 tivessem passado pelas redes tradicionais de cartões, estaríamos falando de aproximadamente R$ 9 trilhões em operações. Aplicando taxas entre 1% e 2,2%, significaria algo entre R$ 90 e 198 bilhões em receitas potenciais.

Considerando o crescimento posterior do Pix, o valor acumulado até 2026 poderia alcançar uma faixa entre R$ 130-R$ 286 bilhões em possíveis receitas.

Não é possível garantir que todo esse dinheiro seria capturado por empresas americanas, mas é possível afirmar que o Pix reduziu drasticamente o espaço econômico ocupado pelas grandes bandeiras internacionais.

[2] O Banco Central do Brasil ainda não lançou oficialmente o Pix internacional, que permitiria o uso direto do sistema em outros países. A nova lei cambial de 2023 abriu caminho para essa modalidade, mas ainda não há previsão de implementação, pois depende de acordos entre diversas jurisdições e sistemas financeiros internacionais. Ou seja, o Pix ainda não é internacional, mas existem alternativas para pagamentos e recebimentos do exterior, e projetos futuros podem expandir seu uso global.

[3] HELMY, Mohamed. BRICS' Game-Changing Blockchain Payment System: The Future of Global Transactions. Modern Diplomacy, 2025. Disponível em: https://moderndiplomacy.eu.

[4] https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/2026/Brazil%20Section%20301%20Actionability%20and%20Proposed%20Action%20FRN%206-1-26%20Final.pdf

[5] https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-11/pix-completa-cinco-anos-perto-de-movimentar-r-30-trilhoes-por-ano

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: busca por preeminência na América do Sul, redução da influência da China, preponderância nas áreas de finanças e tecnologia e aquisição de ativos estratégicos

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) dos EUA de 2025 nos fornece mais detalhes sobre a visão geopolítica, as diretrizes de política externa e econômica que guiarão o governo americano no cenário internacional.

O documento reorganiza a hierarquia das regiões prioritárias globais dos EUA e eleva o que os EUA definem como o Hemisfério Ocidental (Canadá, México, **América** Central e **do Sul** e Caribe), que na Estratégia de Segurança Nacional de 2017 ocupava apenas o quinto lugar, à posição de **principal região prioritária para os EUA**, onde a relação entre as prioridades de política interna e externa é mais forte. A Ásia, que em 2017 ocupava o primeiro lugar na categoria Indo-Pacífico, agora ocupa o segundo lugar, mas recebe a maior atenção em termos de número de páginas. A Europa, que era a segunda em 2017, agora caiu para o terceiro lugar, embora ainda esteja à frente do Oriente Médio, agora em quarto lugar. A África, em último lugar, permaneceu inalterada.

A NSS prevê uma "guinada" dos EUA para o Hemisfério Ocidental. Introduz um "Corolário Trump" à Doutrina Monroe (1823), que visa restaurar a preeminência dos EUA na região e, assim, reviver o **"quintal dos EUA" como sua esfera de influência** privilegiada. Ela estabelece a intenção dos EUA de **negar aos concorrentes externos a capacidade de implantar forças na região e de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais**.

A NSS afirma ainda que os EUA buscam se tornar o **parceiro preferencial da região** e estão determinados a **desencorajar a colaboração de países da região com países não regionais.** O país está considerando estratégias para "diminuir a influência externa adversária e expulsar empresas estrangeiras que constroem infraestrutura na região". Embora os adversários não sejam mencionados nominalmente, a terminologia utilizada (armadilha da dívida, assistência externa "de baixo custo", condições impostas) é indicativa da **China**.

No documento, declaram que desejam aumentar sua economia dos atuais US$ 30 trilhões em 2025 para **US$ 40 trilhões na década de 2030** para colocar o país em uma posição invejável e manter seu status como a principal economia do mundo.

Se a introdução do Pix já incomodou as empresas americanas, a introdução do BRICS *Pay* causará ainda mais estragos. Embora não exista uma estimativa precisa e quantificável em bilhões de dólares devido à complexidade da economia global, as principais frentes de impacto para os Estados Unidos com a introdução do BRICS *Pay* (Quadro 2) são a erosão da hegemonia do dólar (o uso de moedas locais para transações entre membros do bloco reduz a dependência do dólar, ameaçando seu status de moeda global de reserva); o controle geopolítico reduzido (a criação de um sistema de pagamentos próprio diminui a eficácia das sanções econômicas americanas, que historicamente se apoiam na exclusão de países do sistema financeiro ocidental (SWIFT) e, a queda na demanda internacional (menos transações internacionais denominadas em dólar podem resultar em menor demanda global pela moeda, o que afeta a capacidade dos EUA de financiar sua dívida de forma barata).

Quadro 2 – A ameaça do BRICS Pay para os EUA

Nos últimos anos, os países do BRICS começaram a discutir a criação de um sistema internacional de pagamentos, o BRICS Pay. A proposta surgiu inicialmente no Conselho Empresarial do BRICS e se intensificou após as sanções impostas à Rússia devido à incursão militar à Ucrânia.

O BRICS Pay é um mecanismo que irá possibilitar transações internacionais usando moedas nacionais e sistemas próprios de pagamento, reduzindo a dependência do dólar e das estruturas financeiras controladas pelo Ocidente.

Já existem pilotos, aplicativos e grupos de trabalho dedicados à sua implementação.

O projeto prevê a interoperabilidade entre sistemas nacionais de pagamento. Entre eles está o Pix brasileiro, o Unified Payments Interface (UPI) indiano, o WeChat Pay chinês que é uma carteira digital integrada, o *Sistema de Pagamento Mais Rápido* (SBP) russo, que permite transferências gratuitas ou de baixíssimo custo usando um número de telefone e o PayShap sul-africano.

Quando todas essas ferramentas forem interligadas por uma infraestrutura comum, aí teremos o BRICS Pay.

Décadas negligenciando outras potências, especialmente a China, permitiram um avanço sobre espaços estratégicos na América Latina. Para reverter esse cenário, os Estados Unidos afirmam que devem aproveitar o atual contexto político regional para ampliar sua influência[6] acelerando esforços, inclusive utilizando sua influência nas áreas de finanças e tecnologia para induzir os países a rejeitarem a assistência de "certos atores estrangeiros" [China][7].

É nesse contexto que ficam claras as intenções dos EUA: apesar de o ataque ao Pix atender aos interesses das empresas financeiras estadunidenses, o objetivo central é afastar o Brasil da China e, de forma mais ampla, dos BRICS.

Considerações finais

As acusações de concorrência desleal feitas por Washington contra o Pix, faz parte de uma crescente pressão sobre o Brasil que pode ser interpretada como interferência e perda de competitividade para as empresas estadunidenses no setor financeiro e tecnológico.

Enquanto os EUA buscam preservar as posições de liderança das bandeiras internacionais de cartões de débito e crédito que estão sendo desafiadas pelas novas tecnologias financeiras, diversos países BRICS como o Brasil, China e Rússia, vem abrindo caminho para questionar a hegemonia de longo prazo do dólar e a tecnologia financeira americana.

[6] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf

[7] https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf. P.17-18.

O que está em jogo vai além de tarifas ou meios de pagamento, trata-se da disputa pelo controle das infraestruturas que organizarão a economia mundial nas próximas décadas. O Pix é uma dessas infraestruturas e o BRICS *Pay* pretende ser outra.

O que explica o desespero dos EUA é a construção de mecanismos financeiros menos dependentes do dólar, das grandes bandeiras internacionais de cartão e das estruturas controladas por Washington.